

Tolentino: mudanças na estrutura militar

A promoção de generais-de-exército, almirante-de-esquadra e brigadeiro-do-ar deve ser aprovada pelo Congresso Nacional. Esta é uma das propostas que Fernando Tolentino, do Bloco Popular do PMDB, pretende incluir na nova Constituição, caso seja eleito em 15 de novembro. Ele propõe ainda o fim dos ministérios militares e a criação de um Ministério da Defesa, que pode também ser dirigidos por um civil.

Esta alteração do papel dos militares e dos critérios de promoção de oficiais superiores, segundo Tolentino, tem o objetivo de reestabelecer o papel das Forças Armadas como instrumento de defesa da soberania da pátria. As alterações das funções dos militares, denunciou o candidato, começaram em 1891.

A partir de 1930, explicou Tolentino, o objetivo de defender a pátria foi sendo progressivamente dominado pelo de preservar a segurança interna, sendo uma de suas atribuições "garantir a lei e a ordem", função

historicamente reservada às forças policiais de cada Estado.

Outra alteração, esta com objetivo de dar mais autonomia às Forças Armadas, foi introduzida na Constituição em 1934. A direção administrativa das unidades militares, sob controle direto do Presidente da República, passou então a estar vinculada ao "alto comando".

A obediência das Forças Armadas ao chefe de Estado é colocada hoje em termos condicionais e sua autonomia é tanta que elas se constituem num poder paralelo, avaliou Tolentino. As alterações propostas por Tolentino definem as Forças Armadas como responsáveis pela defesa contra as agressões externas, caracteriza como crime a desobediência ao Poder constituido e proíbe a intervenção dos militares na vida política do País.

Tolentino propõe ainda que seja negada às Forças Armadas o direito de agir como força policial, evitando assim a utilização do Exército na resolução de crises políticas ou manifestações populares.